

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE EM 30-04-2018, ÀS 13 HORAS.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A.:

Considerando que:

- a) em conformidade com o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações e com os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, bem como com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, com apresentação de prejuízo de R\$117.313 mil, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- b) em conformidade ao artigo 189 da citada Lei, o prejuízo do exercício será absorvido pelos lucros acumulados, reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem; e,
- c) a Companhia possui saldo nas reservas de lucros suficiente para absorver o prejuízo do exercício de 2017;

vêm propor a V. Sas. autorização para que o prejuízo do exercício de 2017, no montante de R\$117.313 mil, seja absorvido pelas reservas de lucros.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Hermes Jorge Chipp

Marco Antônio de Rezende Teixeira

José Pais Rangel

Antônio Dirceu Araújo Xavier

Marcelo Gasparino da Silva

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Nelson José Hubner Moreira

Arlindo Magno de Oliveira

Agostinho Faria Cardoso

Daniel Alves Ferreira

Ricardo Wagner Righi de Toledo

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Índice

Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta

Anexo 3 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

Anexo 4 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 5 – Eleição de membros do CA e CF – art. 10 da ICVM 481/09

ANEXO 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a realizarem-se, cumulativamente, em 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

ANEXO 2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2018, referente à autorização para que o prejuízo do exercício de 2017, no montante de R\$117.313 mil, seja absorvido pelas reservas de lucros. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Manuel Jeremias Leite Caldas
Rodrigo de Mesquita Pereira

Anexo 3 - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia - item 10 do Formulário de Referência - art. 9º, III da ICVM 481/09

10.1.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2016 nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig D, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluído o ano de 2017, entendemos ter feito importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig D.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R\$3,2 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Conseguimos fazer o reperfilamento de R\$2,7 bilhões da nossa dívida que equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram de forma significativa o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão, em 2017, de 925 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia. Merece também destaque a redução da inadimplência, resultado de nossas ações durante o ano. Essas iniciativas juntam-se a diversas outras que contribuirão para o esforço de redução dos custos operacionais da Companhia, que já vem apresentando resultados.

Apesar de termos apresentado prejuízo em 2017, de R\$117 milhões, este resultado representou uma redução em relação ao prejuízo verificado em 2016, de R\$324 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 91,92%, de R\$433 milhões em 2016 para R\$831 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da geração de caixa representa uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

Os indicadores financeiros vem apresentando melhorias, conforme segue:

Endividamento e Liquidez – R\$ MM			
Ano	2014	2015	2016
Dívida Bruta	7.020	6.198	5.682
Dívida Líquida	6.448	5.444	4.859
Divida Liq / Pat Liq %	2,39	2,17	1,30
Divida liq / Lajida	6,13	12,57	5,85
Liquidez Corrente x	0,76	1,01	1,02
Capital Circulante Líquido	(1.597)	106	36

Nesse contexto de melhoria da nossa lucratividade, merece destaque a revisão tarifária da Cemig D, com conclusão em maio de 2018, com a inclusão em nossa remuneração dos investimentos que fizemos desde 2013 na concessão, em valores superiores a R\$5 bilhões. Esse reconhecimento nas tarifas dos nossos investimentos, associado à redução das nossas perdas comerciais e custos

operacionais, indicam um aumento significativo da geração de caixa da Cemig D a partir de 2018, marcando uma nova etapa na história da subsidiária.

Também não esquecemos da qualidade do atendimento aos nossos clientes. Continuamos no processo contínuo de melhoria dos nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC e FEC), em conformidade às exigências regulatórias e com trajetória de melhoria nos últimos anos.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig D, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Empresa, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig D nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos.

b. Estrutura de capital

Os Diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital compatível com suas atividades, compreendendo, em 31 de dezembro de 2017, um endividamento de R\$5.683 milhões, sendo 10% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 90% representado por dívidas de longo prazo, e, em 31 de dezembro de 2016, um endividamento de R\$6.198 milhões, sendo 24% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. Tais alterações verificadas entre os anos de 2017 e 2016 se devem ao reperfilamento da dívida e ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebido e utilizado para amortização de dívida e pagamento de outros compromissos. Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento de R\$7.020 milhões tinha 48% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 52% representado por dívidas de longo prazo. Tais alterações verificadas entre os anos de 2016 e 2015 se devem ao refinanciamento da dívida ocorrido em 2016, que envolveu a contratação de recursos com prazos de até 4 anos. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Anos	Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)
2015	70%

2016	68%
2017	56%

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 3.737 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 4.851 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.500 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 5.430 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2017 e 2016 se devem ao expressivo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 2.696 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.412 milhões. Tais alterações verificadas entre os anos de 2016 e 2015 se devem à amortização de parte da dívida. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis compatíveis às atividades da Companhia, sendo 68,5% em 31 de dezembro de 2016, 70,4% em 31 de dezembro de 2015 e 69,4% em 31 de dezembro de 2014. As variações entre tais indicadores podem ser justificadas, basicamente, pelas variações no estoque da dívida e do aumento do Patrimônio Líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

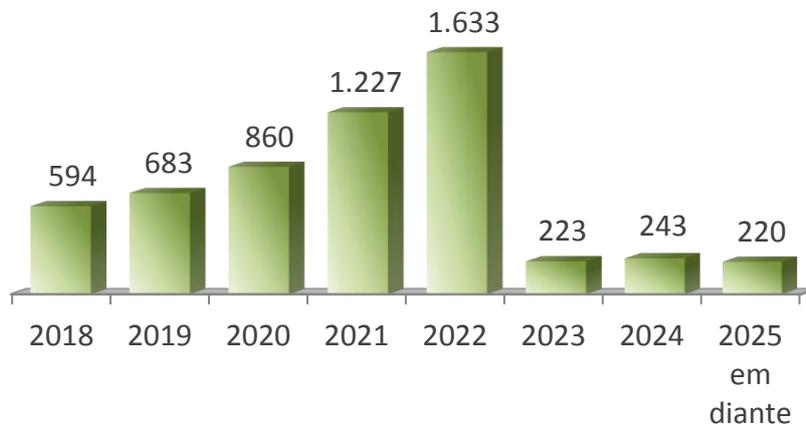
Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, tendo alcançado, em 31 de dezembro de 2017, um montante maior do que em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 831 milhões em comparação com R\$ 433 milhões.. Em 31 de dezembro de 2015, o montante foi mais significativo, de R\$ 1.657 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM da Companhia era de R\$831 milhões em 31 de dezembro de 2017, de R\$753 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$572 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$4.851 milhões, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$5.430 milhões e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$6.412 milhões. Tais variações decorrem do esforço de redução do endividamento implementado pela Empresa. O indicador dívida líquida/LAJIDA de 2017 indica que 5,8 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor, bem melhor que o de 2016, o qual indica que 12,5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor. O mesmo indicador de 2015 indica que 3,9 anos de geração de caixa operacional seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Estas variações decorrem, principalmente, do aumento do LAJIDA ocorrido em 2017 e da redução da dívida. Tais índices são constantemente acompanhados pela Administração em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$5.683 milhões, está confortavelmente alongada, com 37,60% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 4 anos:

Posicionamento em Dezembro/2017 (R\$ milhões)



A grande concentração de dívida que havia no curto prazo foi alongada com o reperfilamento da dívida.

Os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida.

O passivo circulante era de R\$ 4.393 milhões em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 4.819 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 6.640 milhões em 31 de dezembro de 2015. Tais variações decorreram do esforço implementado pela Companhia para alongar a dívida. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e também garantir os seus investimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures e pela contratação de financiamentos de longo prazo. As despesas operacionais e financeiras, investimentos e manutenção dos custos de operação da Companhia são financiados por meio da geração de caixa, ao passo que novas aquisições de investimentos e imobilizado têm sido financiadas com contratação de financiamentos e emissões de debêntures.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia, nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015:

Ao longo do ano de 2017, a Cemig D, juntamente com a Cemig GT, realizaram uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019, no caso da Cemig GT, e a partir de julho de 2019, no caso da Cemig D. A dívida-alvo do reperfilamento compreendeu certas dívidas contraídas com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco Bradesco e o Itaú Unibanco. Ao final de dezembro, as empresas concluíram o reperfilamento de suas dívidas, sendo, no caso da Cemig D, através de uma emissão de debêntures, no valor de R\$1.575 milhões e de aditivos a operações de crédito da Cemig D (R\$500 milhões com o Banco do Brasil e R\$625 milhões com a CEF). O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI. As operações da Cemig D serão amortizadas em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

Em março de 2016, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 161.500 debêntures simples, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2015, porém com data de integralização/subscrição em 26 de março de 2016, totalizando R\$ 1.615 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo das notas promissórias da 8ª emissão da Companhia, bem como ao pagamento de outras dívidas ou reforço de caixa da Companhia. Os juros remuneratórios foram DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”) + 4,05% a.a, e o valor nominal será pago em 02 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2017 e a segunda em 15 de dezembro de 2018.

Em março de 2016, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 695 milhões, destinados ao pagamento de rolagem de dívida junto à Caixa Econômica Federal. O empréstimo contou com a garantia fidejussória da Cemig e cessão fiduciária de recebíveis e será amortizado em 48 meses, sendo a carência de 18 meses, com pagamento de juros trimestral e amortização em 30 meses com o pagamento mensal da parcela de juros. O vencimento final será em 23 de março de 2020 e os encargos incidentes sobre a operação foram de 132,14% da taxa média diária do CDI.

Em maio de 2015, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 100 milhões, destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. O empréstimo contou com a garantia fidejussória da Cemig e penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de até 180 dias. O pagamento será realizado em 02 parcelas iguais, sendo a primeira em 26/ de abril de 2016 e a segunda em 26 de abril de 2017. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 111% da taxa média diária do CDI.

Em maio de 2015, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 500 milhões, destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. O empréstimo contou com a garantia fidejussória da Cemig e penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de até 180 dias. O pagamento será realizado em 03 parcelas iguais, sendo a primeira em 10 de abril de 2018, a segunda em 10 de abril de 2019 e última em 10 de abril de 2020. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 114% da taxa média diária do CDI.

Em abril de 2015, a Companhia concluiu a 8ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 5 milhões na data de emissão, qual seja, 01 de abril de 2015, totalizando R\$ 1.700 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica. A 8ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a Cemig.

Em janeiro de 2015, foi celebrado o Contrato de Crédito Bancário junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 200 milhões, destinados ao pagamento da dívida com o Banco do Brasil S.A, Cédula de Crédito Bancário nº 21/00805-1. O empréstimo contou com a garantia fidejussória da Cemig e o pagamento será realizado em 36 meses com carência de 12 meses sendo o vencimento final em 22 de janeiro de 2018. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 119% da taxa média diária do CDI.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;
- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.

- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da Cemig. A Cemig tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da Cemig, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Cemig serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: endividamento consolidado da Cemig / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 5.683 milhões, sendo de R\$ 4.851 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 6.198 milhões, sendo de R\$ 5.430 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7.020 milhões, sendo de R\$ 6.412 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os

exercícios de 2015, 2016 e 2017 decorreram do esforço de redução de endividamento em 2016 e 2017.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.

Em 30 de dezembro de 2017, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (56% do total), RGR (1% do total) e IPCA (43% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia, exceto quanto ao ano de 2016, que foi comprometido pela redução verificada no LAJIDA:

Em 31 de dezembro de

	2016	2015	2014
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	4,72	5,57	5,01
Dívida Líquida / LAJIDA ⁽²⁾	5,8	12,5	4,24
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida ⁽³⁾)	56%	68%	70%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em R\$ mil):

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Moeda Estrangeira							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.455	21.478	22.933	23.049
Dívida em Moeda Estrangeira				1.455	21.478	22.933	23.049
Moeda Nacional							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.549
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.683
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	193	500.000	500.193	510.289
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	16.619	33.170	49.789	68.042
Grandes Consumidores (2)	2024	Diversas	R\$	1.965	2.339	4.304	6.317
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	8.346	-	8.346	108.792
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.165	625.502	626.667	697.801
(-) Custos de Transação				(2.027)	(15.554)	(17.581)	(26.002)
Dívida em Moeda Nacional				26.261	1.145.457	1.171.718	1.488.471
Total de Empréstimos e Financiamentos				27.716	1.166.935	1.194.651	1.511.520
Debêntures Série Única 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96%	R\$	-	-	-	235.136
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69%	R\$	447.114	-	447.114	464.072
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	59.337	1.477.810	1.537.147	1.496.274
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	38.409	881.788	920.197	895.829
Debêntures Série Única 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05%	R\$	20.008	-	20.008	1.626.850
Debêntures Série Única 5ª Emissão (3)	2022	146,50% do CDI	R\$	1.220	1.575.000	1.576.220	-
(-) Custos de Transação				(17)	(12.629)	(12.646)	(31.430)
Total de Debêntures				566.071	3.921.969	4.488.040	4.686.731
Total Geral				593.787	5.088.904	5.682.691	6.198.251

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$149.169, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.236. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);

(3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2017, era superior a R\$ 50 milhões):

I – Debêntures e Contratos de Crédito Bancário

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 mil na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em julho de 2012 e 21 de dezembro de 2012, respectivamente, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série a 100% do CDI + 0,69% a.a., 1.095.508 debêntures da segunda série a IPCA + 4,70% e 653.675 debêntures da terceira série a IPCA + 5,10%, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.904 milhões.

Em dezembro de 2017, foi celebrado aditivo ao Contrato de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 500 milhões. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75%

em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 500 milhões.

Em dezembro de 2017, foi celebrado aditivo o Contrato de Crédito Bancário, no valor de R\$ 625 milhões, destinados ao alongamento da dívida junto à Caixa Econômica Federal. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 627 milhões.

Em dezembro de 2017, a Cemig D emitiu sua 5ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$1.575 milhões, com a finalidade de pré-pagar parte da 4ª emissão de debêntures, fazendo parte do reperfilamento. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI e a dívida será amortizada em 36 meses a partir de julho de 2019, sendo 6,75% em 2019, 13,50% em 2020, 27,00% em 2021 e 52,75% em 2022. A dívida conta com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.576 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Cerca de 52% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da Cemig e cerca de 48% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

No reperfilamento da dívida com os banco credores em 2017, as operações contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D, conforme a seguir:

Dívida Líquida / EBITDA		
Período	Cemig	Cemig D
31-12-2017	4,50x	7,50x
30-06-2018	4,50x	7,50x
31-12-2018	4,25x	4,50x
30-06-2019	4,25x	3,80x
31-12-2019	3,50x	3,80x
30-06-2020	3,50x	3,30x
31-12-2020	3,00x	3,30x
30-06-2021	3,00x	3,30x
31-12-2021 em diante	2,50 x	3,30x

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO (em milhões)	2016	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	521	2,95	426	2,59	22,30
Títulos e Valores Mobiliários	302	1,71	328	2,00	(7,93)
Consumidores e Revendedores	2.686	15,22	2.415	14,70	11,22
Concessionários – Transporte de Energia	125	0,71	150	0,91	(16,67)
Tributos Compensáveis	106	0,60	155	0,94	(31,61)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	175	0,99	309	1,88	(43,37)
Estoques	29	0,16	40	0,24	(27,50)
Contribuição de Iluminação Pública	149	0,84	149	0,91	-
Reembolso Subsídios Tarifários	73	0,41	64	0,39	14,06
Subvenção Baixa Renda	26	0,15	36	0,22	(27,78)
Ativos Financeiros da Concessão	159	0,90	398	2,42	(60,05)
Outros Créditos com a Eletrobrás	-	-	90	0,55	-
Outros	149	0,84	295	1,80	(49,49)
TOTAL DO CIRCULANTE	4.500	25,50	4.855	29,55	(7,31)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	8	0,05	15	0,09	(46,67)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.106	6,27	1.002	6,10	10,38
Tributos Compensáveis	182	1,03	123	0,75	47,97
Depósitos Vinculados a Litígios	1.650	9,35	1.072	6,52	53,92
Consumidores e Revendedores	172	0,97	58	0,35	196,55
Concessionários - Transporte de Energia	72	0,41	77	0,47	(6,49)
Outros Créditos	41	0,23	36	0,22	13,89
Ativos Financeiros da Concessão	580	3,29	216	1,31	168,52
Intangíveis	9.337	52,91	8.978	54,64	4,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.148	74,50	11.577	70,45	13,57
ATIVO TOTAL	17.648	100,00	16.432	100,00	7,40

PASSIVO (em milhões)	2016	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	28	0,16	319	1,94	(91,22)
Debêntures	566	3,21	1.190	7,24	(52,44)
Fornecedores	1.655	9,38	1.049	6,38	57,77
Impostos, Taxas e Contribuições	523	2,96	538	3,27	(2,79)
Salários e Encargos Sociais	134	0,76	150	0,91	(10,67)
Encargos Regulatórios	359	2,03	308	1,87	16,56
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	3	0,02	10	0,06	(70,00)
Obrigações Pós-Emprego	167	0,95	142	0,86	17,61
Contribuição de Iluminação Pública	275	1,56	274	1,67	0,36
Passivos Financeiros da Concessão	415	2,35	482	2,93	(13,90)
Outras	267	1,51	357	2,17	(25,21)
TOTAL DO CIRCULANTE	4.393	24,89	4.819	29,33	(8,84)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.167	6,61	1.192	7,25	(2,10)
Debêntures	3.922	22,22	3.497	21,28	12,15
Provisões	481	2,73	348	2,12	38,22
Obrigações Pós-Emprego	2.656	15,05	2.795	17,01	(4,97)
Impostos, Taxas e Contribuições	23	0,13	615	3,74	(96,26)
Encargos Regulatórios	161	0,91	321	1,95	(49,84)
Passivos Financeiros da Concessão	-	-	323	1,97	-
PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.087	6,16	-	-	-
Outras	21	0,12	22	0,13	(4,55)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.517	53,93	9.113	55,46	4,43
TOTAL DO PASSIVO	13.910	78,82	13.932	84,79	(0,16)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.772	15,71	2.362	14,37	17,36
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.500	8,50	410	2,50	265,85
Reservas de Lucros	392	2,22	510	3,10	(23,14)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(927)	(5,25)	(782)	(4,76)	18,54
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.737	21,18	2.500	15,21	49,48
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.648	100,00	16.432	100,00	7,40

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2017 em comparação a 2016 são como segue:

Depósitos Vinculados a Litígios

- Aumento de R\$578 milhões em função de atualização monetária nos depósitos vinculados a ação judicial referente a incidência de PASEP/COFINS sobre o ICMS.
-

Ativos Intangíveis

- Aumento de R\$358 milhões nos Ativos Intangíveis em função dos investimentos em 2017 em ativos da concessão.

Dívidas com Empréstimos e Financiamentos – curto e longo prazo

- Redução de R\$515 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos e Financiamentos e debêntures em função da maior amortização em relação as novas captações de recursos.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em R\$ milhões)	2017	AV%	2016	AV%	AH%
RECEITA	12.312	100,00	10.597	100,00	16,18
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.783)	(55,09)	(5.260)	(49,64)	28,95
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(1.002)	(8,14)	(760)	(7,17)	31,84
Pessoal (a)	(1.123)	(9,12)	(1.147)	(10,82)	(2,09)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(3)	(0,02)	(10)	(0,09)	(70,00)
Obrigações Pós-Emprego	180	1,46	(231)	(2,18)	(177,92)
Materiais	(43)	(0,35)	(42)	(0,40)	2,38
Serviços de Terceiros	(785)	(6,38)	(674)	(6,36)	16,47
Amortização	(561)	(4,56)	(525)	(4,95)	6,86
Provisões Operacionais	(469)	5,13)	(544)	5,13)	(13,79)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.045)	(10,40)	(1.102)	(10,40)	(5,17)
Outras Despesas Líquidas (f)	(408)	(3,73)	(395)	(3,73)	3,29
	(12.042)	(97,82)	(10.688)	(100,88)	12,68
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	270	2,19	(92)	(0,88)	-
Receitas Financeiras	397	3,22	743	7,01	(46,57)
Despesas Financeiras	(815)	(6,62)	(1.078)	(10,17)	(24,40)
Resultado Antes dos Impostos	(148)	(1,20)	(426)	(4,04)	(65,26)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2	0,02	5	0,05)	(60,00)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29	0,24	98	(0,92)	(70,41)
RESULTADO DO PERÍODO	(117)	(0,95)	(324)	(3,07)	(63,89)

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2017	2016	Var %
Resultado do exercício	(117)	(324)	(63,89)
+ Despesa (benefício) de IR e contribuição social	(31)	(103)	(69,90)
+ Resultado financeiro líquido	418	335	24,78
+ Amortização	561	525	6,86
= LAJIDA	831	433	91,92

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2017 em comparação a 2016 deve-se, principalmente, ao crescimento de 16,19% na receita operacional, compensado parcialmente pelo aumento de 12,98% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização;

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 4,09% em 2016 para 6,75% em 2017.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$521 milhões, em comparação a R\$426 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2017 e 2016 totalizou R\$116 milhões e R\$1.426 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2017, em comparação a 2016, deve-se, principalmente, ao aumento na saída de caixa em 2017 para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em 2017 em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia. Adicionalmente, ocorreram saídas de recursos no montante de R\$282 milhões para amortização de parcelas do plano de regularização fiscal implementado pelo Governo Estadual.

Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 e 2016 totalizou, respectivamente, R\$944 milhões e R\$1.018 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2017, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do resgate de recursos aplicados em títulos e valores mobiliários em 2017 na comparação às aplicações de recursos em 2016.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$924 milhões, decorrente do recebimento de R\$1.500 milhões a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, parcialmente compensados pela amortização de R\$566 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATIVO (em milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	426	2,59	319	1,97	33,54
Títulos e Valores Mobiliários	328	2,00	253	1,56	29,64
Consumidores e Revendedores	2.415	14,70	2.496	15,42	(3,25)
Concessionários – Transporte de Energia	150	0,91	156	0,96	(3,85)
Tributos Compensáveis	155	0,94	103	0,64	50,49
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	309	1,88	227	1,40	36,12
Estoques	40	0,24	28	0,17	42,86
Contribuição de Iluminação Pública	149	0,91	144	0,89	3,47
Reembolso Subsídios Tarifários	64	0,39	72	0,44	(11,11)

Subvenção Baixa Renda	36	0,22	31	0,19	16,13
Ativos Financeiros da Concessão	398	2,42	860	5,31	(53,72)
Outros Créditos com a Eletrobrás	90	0,55	-	-	-
Outros	295	1,80	353	2,18	(16,43)
TOTAL DO CIRCULANTE	4.855	29,55	5.042	31,14	(3,71)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	15	0,09	36	0,22	(58,33)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.002	6,10	709	4,38	41,33
Tributos Compensáveis	123	0,75	188	1,16	(34,57)
Depósitos Vinculados a Litígios	1.072	6,52	1.031	6,37	3,98
Consumidores e Revendedores	58	0,35	58	0,36	0,00
Concessionários - Transporte de Energia	77	0,47	75	0,46	2,67
Outros Créditos	36	0,22	14	0,09	157,14
Ativos Financeiros da Concessão	216	1,31	625	3,86	(65,44)
Intangíveis	8.978	54,64	8.413	51,96	6,72
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.577	70,45	11.149	68,86	3,84
ATIVO TOTAL	16.432	100,00	16.191	100,00	1,49

PASSIVO (em milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	319	1,94	2.984	18,43	(89,31)
Debêntures	1.190	7,24	362	2,24	228,73
Fornecedores	1.049	6,38	1.308	8,08	(19,80)
Impostos, Taxas e Contribuições	538	3,27	521	3,22	3,26
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	185	1,14	-
Salários e Encargos Sociais	150	0,91	147	0,91	2,04
Encargos Regulatórios	308	1,87	460	2,84	(33,04)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	10	0,06	75	0,46	(86,67)
Obrigações Pós-Emprego	142	0,86	120	0,74	18,33
Contribuição de Iluminação Pública	274	1,67	258	1,59	6,20
Passivos Financeiros da Concessão	482	2,93	-	-	-
Outras	357	2,17	220	1,36	62,27
TOTAL DO CIRCULANTE	4.819	29,33	6.640	41,01	(27,42)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.192	7,25	891	5,50	33,78
Debêntures	3.497	21,28	2.782	17,18	25,70
Provisões	348	2,12	291	1,80	19,59
Obrigações Pós-Emprego	2.795	17,01	2.109	13,03	32,53
Impostos, Taxas e Contribuições	615	3,74	632	3,90	(2,69)
Encargos Regulatórios	321	1,95	130	0,80	146,92
Passivos Financeiros da Concessão	323	1,97	-	-	-
Outras	22	0,13	20	0,12	10,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.113	55,46	6.855	42,34	32,94
TOTAL DO PASSIVO	13.932	84,79	13.495	83,35	3,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.362	14,37	2.362	14,59	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410	2,50	-	-	-
Reservas de Lucros	510	3,10	736	4,55	(30,71)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(782)	(4,76)	(402)	(2,48)	94,53
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.500	15,21	2.696	16,65	(7,27)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.432	100,00	16.191	100,00	1,49

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2016 em comparação a 2015 são como segue:

Ativos Intangíveis

- Aumento de R\$565 milhões nos Ativos Intangíveis em função dos investimentos em 2016 em ativos da concessão.

Dívidas com Empréstimos e Financiamentos

- Redução de R\$1.837 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos e Financiamentos e debêntures de curto prazo em função de renegociação de dívida ocorrida no ano de 2016.

Passivos Financeiros da Concessão

- Aumento de R\$805 milhões no saldo de Passivos Financeiros da Concessão no curto e longo prazo em função de saldos da conta CVA a serem restituídos na tarifa a partir do próximo reajuste tarifário.

Benefícios Pós-Emprego

- Aumento de R\$686 milhões no saldo de Benefícios Pós-Emprego em função basicamente da redução na taxa de juros utilizada para desconto a valor presente das obrigações.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 [

(em R\$ milhões)	2016	AV%	2015	AV%	AH%
RECEITA	10.597	100,00	12.962	100,00	(18,25)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.260)	(49,64)	(6.993)	(53,95)	(24,78)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(760)	(7,17)	(813)	(6,27)	(6,52)
Pessoal (a)	(1.147)	(10,82)	(1.000)	(7,71)	14,70
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(10)	(0,09)	(95)	(0,73)	(89,47)
Obrigações Pós-Emprego	(231)	(2,18)	(121)	(0,93)	90,91
Materiais	(42)	(0,40)	(51)	(0,39)	(17,65)
Serviços de Terceiros	(674)	(6,36)	(697)	(5,38)	(3,30)
Amortização	(525)	(4,95)	(444)	(3,43)	18,24
Provisões Operacionais	(544)	5,13)	(209)	(1,61)	160,29
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.102)	(10,40)	(1.044)	(8,05)	5,56
Outras Despesas Líquidas (f)	(395)	(3,73)	(283)	(2,18)	39,58

	<u>(10.688)</u>	<u>(100,88)</u>	<u>(11.749)</u>	<u>(90,65)</u>	<u>(9,03)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	(92)	(0,88)	1.213	9,35	-
Receitas Financeiras	743	7,01	543	4,19	36,83
Despesas Financeiras	<u>(1.078)</u>	<u>(10,17)</u>	<u>(1.130)</u>	<u>(8,72)</u>	<u>(4,60)</u>
Resultado Antes dos Impostos	(426)	(4,04)	626	4,82	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	5	0,05)	(16)	(0,12)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>98</u>	<u>(0,92)</u>	<u>(240)</u>	<u>(1,85)</u>	<u>-</u>
RESULTADO DO PERÍODO	<u>(324)</u>	<u>(3,07)</u>	<u>370</u>	<u>2,85</u>	<u>-</u>

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2016	2015 Reapresenta do	Var %
Resultado do Exercício	(324)	370	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(103)	256	-
+ Resultado Financeiro Líquido	335	587	(42,93)
+ Amortização	525	444	18,24
= LAJIDA	433	1.657	(73,87)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2016 em comparação a 2015 deve-se, principalmente, à redução de 18,25% na receita operacional, compensada parcialmente pela redução de 10,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,75% em 2015 para 4,09% em 2016.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.426 milhões e R\$600 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2016, em comparação a 2015, deve-se, principalmente, à redução na saída de caixa em 2016 para cobrir os custos não gerenciáveis da Parcela A, considerando a menor despesa com energia elétrica verificada em 2016 em função principalmente do desligamento de termelétricas e também do menor preço verificado no mercado atacadista.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 e 2015 totalizou, respectivamente, R\$1.018 milhões e R\$1.079 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de

investimento em 2016, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2016.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	319	1,97	314	2,26	1,59
Títulos e Valores Mobiliários	253	1,56	101	0,73	150,50
Consumidores e Revendedores	2.496	15,42	1.371	9,89	82,06
Concessionários – Transporte de Energia	156	0,96	220	1,59	(29,09)
Tributos Compensáveis	103	0,64	121	0,87	(14,88)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	227	1,40	185	1,33	22,70
Estoques	28	0,17	29	0,21	(3,45)
Contribuição de Iluminação Pública	144	0,89	88	0,63	63,64
Reembolso Subsídios Tarifários	72	0,44	345	2,49	(79,13)
Subvenção Baixa Renda	31	0,19	35	0,25	(11,43)
Ativos Financeiros da Concessão	861	5,32	844	6,09	2,01
Outros	352	2,18	235	1,69	49,79
TOTAL DO CIRCULANTE	5.042	31,14	3.888	28,04	29,68
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	36	0,22	2	0,01	1.700,00

Imposto de Renda e Contribuição Social					
Diferidos	709	4,38	861	6,21	(17,65)
Tributos Compensáveis	188	1,16	303	2,19	(37,95)
Depósitos Vinculados a Litígios	1.030	6,36	866	6,25	18,94
Consumidores e Revendedores	59	0,36	203	1,46	(70,94)
Concessionários - Transporte de Energia	75	0,46	6	0,04	1.150,00
Outros Créditos	13	0,08	45	0,32	(71,11)
Ativos Financeiros da Concessão	625	3,86	6.207	44,77	(89,93)
Intangíveis	8.414	51,98	1.484	10,70	466,98
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.149	68,86	9.977	71,96	11,75
ATIVO TOTAL	16.191	100,00	13.865	100,00	16,78

PASSIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.984	18,43	1.913	13,80	55,99
Debêntures	362	2,24	324	2,34	11,73
Fornecedores	1.308	8,08	1.119	8,07	16,89
Impostos, Taxas e Contribuições	521	3,22	378	2,73	37,83
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	185	1,14	215	1,55	(13,95)
Salários e Encargos Sociais	147	0,91	133	0,96	10,53
Encargos Regulatórios	460	2,84	57	0,41	707,02
Participações nos Lucros	76	0,47	76	0,55	-
Obrigações Pós-Emprego	120	0,74	110	0,79	9,09
Contribuição de Iluminação Pública	258	1,59	168	1,21	53,57
Outras	219	1,35	153	1,10	43,14
TOTAL DO CIRCULANTE	6.640	41,01	4.646	33,51	42,92
		-			
NÃO CIRCULANTE					
		-			
Empréstimos e Financiamentos	891	5,50	1.062	7,66	(16,10)
Debêntures	2.782	17,18	2.750	19,83	1,16
Provisões	291	1,80	303	2,19	(3,96)
Obrigações Pós-Emprego	2.109	13,02	1.797	12,96	17,36
Impostos, Taxas e Contribuições	632	3,90	615	4,44	2,76
Encargos Regulatórios	130	0,80	191	1,38	(31,94)
Outras	20	0,12	19	0,14	5,26
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.855	42,34	6.737	48,59	1,75
TOTAL DO PASSIVO	13.495	83,35	11.383	82,10	18,55
		-			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		-			
Capital Social	2.362	14,58	2.262	16,31	4,42
Reservas de Lucros	736	4,55	453	3,27	62,47
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(402)	(2,48)	(233)	(1,68)	72,53
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.696	16,65	2.482	17,90	8,62
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.191	100,00	13.865	100,00	16,78

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2015 em comparação a 2014 são como segue:

- Aumento de R\$1.125 milhões no saldo de Consumidores e Revendedores em função, principalmente, dos reajustes tarifários ocorridos nas contas de energia elétrica em 2015.
- Redução de R\$5.582 milhões nos Ativos Financeiros da Concessão em função da renovação em 2015 da concessão de distribuição, com a transferência do saldo de indenização para o Ativo Intangível.
- Aumento de R\$6.930 milhões no Ativo Intangível em função basicamente da transferência do saldo dos Ativos Financeiros, conforme mencionado acima.

- Aumento de R\$1.071 milhões nos saldos de Passivo Circulante referente Empréstimos e Financiamentos em função do maior vencimento de dívidas em 2015, cuja rolagem já está sendo negociada pela Companhia junto às instituições financeiras.
- Aumento de R\$403 milhões nos Encargos Regulatórios de curto prazo em função principalmente do aumento expressivo em 2015 nas obrigações com CDE.

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
RECEITA	12.962	100,00	11.299	100,00	14,72
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.993)	(53,95)	(5.748)	(50,87)	21,66
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(813)	(6,27)	(573)	(5,07)	41,88
Pessoal (a)	(1.000)	(7,71)	(886)	(7,84)	12,87
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(95)	(0,73)	(184)	(1,63)	(48,37)
Obrigações Pós-Emprego	(121)	(0,93)	(153)	(1,35)	(20,92)
Materiais	(51)	(0,39)	(80)	(0,71)	(36,25)
Serviços de Terceiros	(697)	(5,38)	(737)	(6,52)	(5,43)
Amortização	(444)	(3,43)	(428)	(3,79)	3,74
Provisões Operacionais	(209)	(1,61)	(300)	(2,62)	(30,33)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.044)	(8,05)	(861)	(7,62)	21,25
Outras Despesas Líquidas (f)	(283)	(2,18)	(299)	(2,65)	5,35
	(11.749)	(90,65)	(10.249)	(90,71)	14,64
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.213	9,35	1.050	9,29	15,52
Receitas Financeiras	543	4,19	300	2,66	81,00
Despesas Financeiras	(1.130)	(8,72)	(751)	(6,65)	50,47
Resultado Antes dos Impostos	626	4,82	599	5,30	4,51
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(16)	(0,12)	(114)	(1,01)	(85,96)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(240)	(1,85)	(55)	(0,49)	336,36
RESULTADO DO PERÍODO	370	2,85	430	3,81	(13,95)

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2015, lucro líquido de R\$370 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$430 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 13,95%. As principais variações na comparação dos resultados de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Companhia em 2015 apresentou um aumento de 12,11% em comparação com 2014.

LAJIDA - milhões	2015	2014	Var %
Resultado do Exercício	370	430	(13,95)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	256	169	51,48
+ Resultado Financeiro Líquido	587	451	30,15
+ Amortização	444	428	3,74
= LAJIDA	1.657	1.478	12,11

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2015 e 2014 totalizou R\$600 milhões e R\$358 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2015, em comparação a 2014, deve-se principalmente ao repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT no montante de R\$1.529 milhões, parcialmente compensado pela redução do lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa que foi de R\$1.022 milhões em 2014, em comparação a um prejuízo de R\$89 milhões em 2015.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 e 2014 totalizou, respectivamente, R\$1.079 milhões e R\$806 milhões. O aumento nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2015, em comparação ao exercício anterior, decorre do maior volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2015 e maior volume de investimentos em ativos da concessão em 2015, R\$894 milhões na comparação com R\$792 milhões em 2014.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$75 milhões, decorrente da captação de R\$1.223 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$713 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$435 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

10.2

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2017, prejuízo de R\$117 milhões em comparação ao prejuízo de R\$324 milhões no exercício de 2016. As principais variações na comparação dos resultados de 2017 e 2016 estão apresentadas a seguir:

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2017	2016
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	16.443	16.687
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.643	1.741
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	988	(1.455)
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.045	1.102
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	9	8
Outras receitas operacionais	1.362	1.134

Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(9.177)	(8.620)
	12.313	10.597

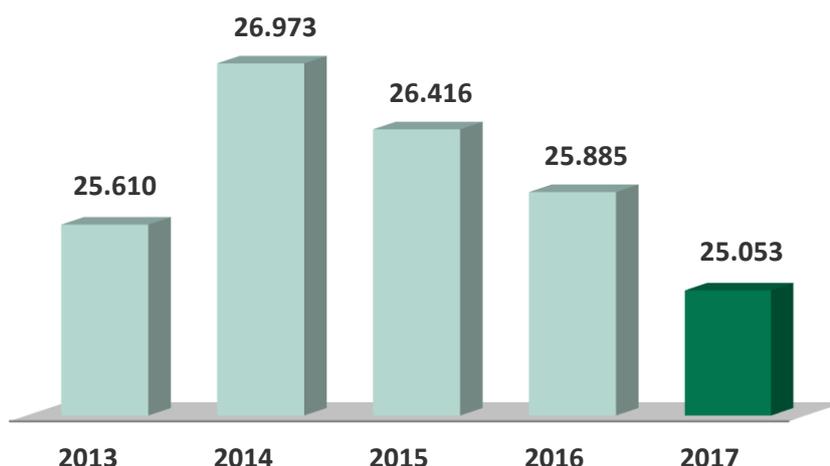
Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede – consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$16.443 milhões em 2017, em comparação a R\$16.687 milhões, no mesmo período de 2016, representando redução de 1,46%. Os principais impactos na receita em 2017 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;
- redução de 3,24% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2017	2016	Var %
Residencial	10.008.423	9.915.807	0,93
Industrial	2.610.534	3.194.872	(18,29)
Comércio, serviços e outros	5.252.799	5.711.647	(8,03)
Rural	3.647.812	3.574.724	2,04
Poder público	865.803	885.748	(2,25)
Iluminação pública	1.366.938	1.350.405	1,22
Serviço público	1.301.135	1.252.043	3,92
Total	25.053.444	25.885.246	(3,21)

Destaca-se a redução de 18,29% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial e 8,03% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial. Estas variações ocorreram, principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esses segmentos.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 2,04% na classe de consumo rural decorrente, principalmente, da maior atividade de irrigação e agropecuária aliado ao crescimento da base de consumidores e crescimento de 3,92% na classe de serviço público em função da incorporação de unidades consumidoras e aumento no consumo de consumidores de média e alta tensão do ramo de atividade captação, tratamento e distribuição de água.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.643 milhões, comparada a R\$1.741 milhões em 2016, o que representou redução de 5,63%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2017, comparado a 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao reajuste tarifário anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016;
- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R\$988 milhões em 2017, em comparação a uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.045 milhões em 2017, comparados a R\$1.102 milhões em 2016, redução de 5,17%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no exercício em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.177 milhões em 2017 comparados a R\$8.620 milhões em 2016 representando um aumento de 6,46% decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.750 milhões em 2017 comparados a R\$2.040 milhões em 2016. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$454 milhões em 2017, em comparação a R\$360 milhões em 2016, em função da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

ICMS

A despesa com ICMS foi de R\$4.951 milhões em 2017 comparados a R\$4.409 milhões em 2016. Essa variação decorre principalmente da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do ICMS, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado de 2017 sendo R\$532 milhões registrados como deduções à receita, R\$31 milhões registrados como despesa financeira e R\$1 milhão registrado como despesa operacional.

Mais informações na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$12.043 milhões em 2017, comparados a R\$10.688 milhões em 2016, representando um crescimento de 12,68%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.123 milhões em 2017 comparados a R\$1.147 milhões em 2016, representando uma redução de 2,09%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento das despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$157 milhões em 2017 e R\$64 milhões em 2016;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 15,30% no número médio de empregados, sendo 4.854 em 2017 em comparação a 5.731 em 2016.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.783 milhões em 2017 comparados a R\$5.260 milhões em 2016, um crescimento de 28,95%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 38,86% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.591 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$2.586 milhões no exercício de 2016, decorrente, principalmente, do acionamento das usinas termelétricas em 2017 em função do baixo do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com o consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas;
- aumento de 8,65% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.243 milhões no exercício de 2017, comparados a R\$1.144 milhões no exercício de 2016. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$25,78/kW/mês em 2016 e passou para U\$28,73/kW/mês, a partir de janeiro de 2017;
- aumento de 88,53% na despesa com energia de curto prazo, que foi R\$1.282 milhões em 2017 comparado a R\$680 milhões em 2016, decorrente, basicamente, da variação do valor médio do PLD - Preço de liquidação por diferenças (R\$94,16/MWh em 2016 e R\$324,17/MWh em 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.002 milhões em 2017 comparados a R\$760 milhões em 2016, representando um crescimento de 31,84%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$469 milhões em 2017 comparados a R\$544 milhões em 2016.

Destaca-se a redução das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R\$228 milhões em 2017 em comparação a R\$381 milhões em 2016, principalmente em função das ações em 2017 para recebimento dos créditos em atraso.

Em contrapartida, com relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$175 milhões em 2017 em comparação a R\$92 milhões em 2016. O aumento no montante provisionado decorre, principalmente, das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilícita e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 19.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$180 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$231 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2017 foi uma despesa financeira líquida de R\$418 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$335 milhões em 2016. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 25,22% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$516 milhões em 2017 comparados a R\$690 milhões em 2016. Este resultado decorre, principalmente da menor variação do CDI, que foi de 9,93% em 2017 em comparação a 14,06% em 2016;
- redução do resultado líquido de variações cambiais sendo receita líquida de R\$4 milhões em 2017 comparado à receita líquida de R\$25 milhões em 2016. Este resultado decorre, substancialmente, da variação do dólar (valorização de 1,5% em 2017 e desvalorização de 16,54% em 2016);
- redução de 57,65% nas despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos sendo R\$72 milhões em 2017 comparados a R\$170 milhões em 2016. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (2,95% em 2017 em comparação a 6,29% em 2016);

- aumento da despesa de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo despesa líquida de R\$41 milhões em 2017 comparados a receita líquida de R\$204 milhões em 2016. O resultado apurado em 2016 foi impactado pelos efeitos do ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL, ocorrida em maio de 2016.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, em 2017, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$31 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$148 milhões. Em 2016, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$103 milhões em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$427 milhões. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9b destas demonstrações financeiras.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	2016	2015 Reapresentado	Varição %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	16.687	16.515	1,04
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.741	1.500	16,07
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros	(1.455)	1.704	(185,39)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.102	1.044	5,56
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	8	576	(98,61)
Outras Receitas Operacionais	1.134	1.243	(8,77)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(8.620)	(9.620)	(10,40)
	10.597	12.962	(18,25)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.147 milhões em 2016 comparados a R\$1.000 milhões em 2015, representando um aumento de 14,70%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);

- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$64 milhões.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$10 milhões em 2016 comparada a R\$95 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$544 milhões em 2016 comparados a R\$209 milhões em 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$381 milhões em 2016 em comparação a R\$175 milhões em 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo aumento nas tarifas e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Com relação às provisões para contingências, ocorreu um crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$92 milhões em 2016 em comparação a R\$7 milhões em 2015, devido principalmente à inclusão de novos processos com probabilidade de perda provável. Maiores informações na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no valor de R\$231 milhões em 2016 em comparação a uma despesa de R\$121 milhões em 2015.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$45.892.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, em 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$103 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$427 milhões. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$626 milhões. As taxas efetivas estão



Distribuição S.A.

conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

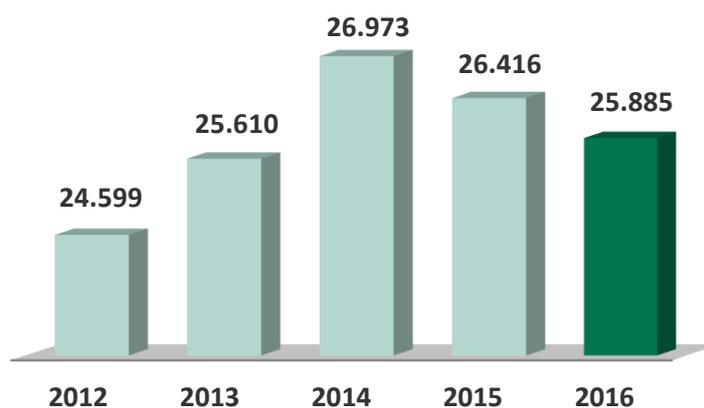
A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.687 milhões em 2016, em comparação a R\$16.515 milhões, no mesmo período de 2015, representando um aumento de 1,04%.

Os principais impactos na Receita em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- Redução de 2,01% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.916	9.830	0,87
Industrial	3.195	3.757	(14,96)

Comércio, Serviços e Outros Rural	5.711	6.027	(5,24)
	3.575	3.380	5,77
Poder Público	886	892	(0,67)
Iluminação Pública	1.350	1.326	1,88
Serviço Público	1.252	1.204	3,95
Total	25.885	26.416	(2,01)

Destaca-se a redução de 14,96% na energia vendida para o segmento industrial principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 5,77% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.741 milhões, comparada a R\$1.500 milhões em 2015, o que representou um aumento de 16,07%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- Aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece, em suas Demonstrações Financeiras, a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Companhia, o que representou uma redução da receita de R\$1.455 milhões em 2016, em comparação a um aumento da receita de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita de Construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$1.102 milhões em 2016, comparados a R\$1.044 milhões em 2015, um aumento de 5,56%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

A Receita relacionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão foi de R\$8 milhões em 2016, comparados a R\$576 milhões em 2015. Essa variação deve-se à redução na estimativa dos ativos financeiros a serem indenizados ao final da concessão após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$8.620 milhões em 2016 comparados a R\$9.620 milhões em 2015 representando uma redução de 10,40%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.040 milhões em 2016 comparados a R\$2.845 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$10.688 milhões em 2016, comparados a R\$11.749 milhões em 2015, representando uma redução de 9,03%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.260 milhões em 2016 comparados a R\$6.993 milhões em 2015, uma redução de 24,78%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 36,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.586 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$4.098 milhões no exercício de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.144 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$1.734 milhões no exercício de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- Redução de 19,91% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$680 milhões em 2016 e R\$849 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$760 milhões em 2016 comparados a R\$813 milhões em 2015, representando uma redução de 6,52%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$335 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$587 milhões em 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 29,64% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$713 milhões em 2016 comparados a R\$550 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste
 - indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- Redução nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante de R\$34 milhões em 2016 comparados a R\$168 milhões em 2015. Este resultado decorre, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015);
- Aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$204 milhões em 2016 comparados a R\$68 milhões em 2015. O aumento dessa receita deve-se, principalmente, a ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016;
- Redução de 37,73% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$170 milhões em 2016 comparados a R\$273 milhões em 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (6,29% em 2016 em comparação a 10,67% em 2015).

Para mais informações, vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

a. resultados das operações do emissor, em especial:
i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	2015	2014	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	16.515	11.443	44,32
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.500	894	67,79
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.704	1.107	53,93
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.044	861	21,25
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	576	58	891,38
Outras Receitas Operacionais	1.243	1.039	19,73
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(9.620)	(4.103)	134,46
	12.962	11.299	14,72

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.000 milhões em 2015 comparados a R\$886 milhões em 2014, representando um aumento de 12,87%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$209 milhões em 2015 comparados a R\$300 milhões em 2014, uma redução de 30,33%. Destaca-se a redução das provisões trabalhistas, R\$7 milhões em 2015 em comparação a R\$179 milhões em 2014 em função, principalmente, da provisão de R\$90 milhões feita em 2014 referente ao questionamento judicial pelas entidades sindicais do acordo coletivo de novembro de 2012, com decisão desfavorável à Companhia no TST. Maiores informações na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, em 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$256 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$626 milhões, representando um percentual de 40,89%. Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$169 milhões em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$599 milhões, representando um percentual de 28,21%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

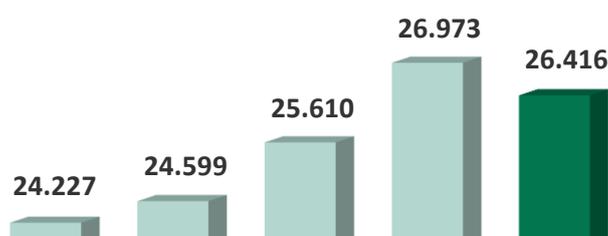
A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.515 milhões em 2015, em comparação a R\$11.443 milhões, no mesmo período de 2014, representando um aumento de 44,32%.

Os principais impactos na Receita em 2015 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);
- Reajuste Tarifário Extraordinário da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- Instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015;
- Redução de 2,07% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh Faturados – Consumidores



Composição do fornecimento por classe de consumo	GWh (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.830	10.014	(1,84)
Industrial	3.757	4.077	(7,85)
Comércio, Serviços e Outros	6.027	6.031	(0,07)
Rural	3.380	3.390	(0,29)
Poder Público	892	891	0,11
Iluminação Pública	1.326	1.298	2,16
Serviço Público	1.204	1.272	(5,35)
Total	26.416	26.973	(2,07)

(1) Informações sobre GWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 7,85% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2015, a receita correspondeu a um total de R\$1.500 milhões, comparada a R\$894 milhões em 2014, o que representa um aumento de 67,79%.

Esta variação decorre, principalmente, do impacto tarifário de 8,79% para os consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 e novo aumento de 96,21% ocorrido em 2015 (Reajuste Tarifário Extraordinário ocorrido em março somado ao Reajuste Tarifário Anual ocorrido em abril). Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia). O reajuste na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que apresentou uma redução de 10,59% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece, em suas Demonstrações Financeiras, a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Companhia, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$1.107 milhões em 2014).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.044 milhões em 2015, comparados a R\$861 milhões em 2014, um aumento de 21,25%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Ocorreu um aumento do ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, sendo R\$576 milhões em 2015, em comparação a R\$58 milhões em 2014 em função dos seguintes fatores:

- Alteração do indexador de atualização. Em novembro de 2015, a ANEEL determinou a alteração do indexador da BRR que passou de IGP-M para IPCA. Essa alteração gerou uma atualização retroativa a janeiro de 2013. O impacto dessa alteração na receita financeira registrada em dezembro de 2015 foi de R\$143 milhões;
- Maior variação do atual indexador da BRR, o IPCA, que variou 10,67% em 2015, em comparação a uma variação do IGP-M de 3,69% em 2014;
- Em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110 milhões em função da homologação definitiva da BRR da Companhia.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 19,73% nos períodos comparados (R\$1.243 milhões em 2015, em comparação a R\$1.039 milhões em 2014) decorrente, principalmente, do aumento de R\$206 milhões na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.620 milhões em 2015 comparados a R\$4.103 milhões em 2014, representando um aumento de 134,46%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.845 milhões em 2015 comparados a R\$194 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Companhia, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$11.749 milhões em 2015 comparados a R\$10.249 milhões em 2014, representando um aumento de 14,64%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$6.993 milhões em 2015 comparados a R\$5.748 milhões em 2014, um aumento de 21,66%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 20,74% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$4.098 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$3.394 milhões no exercício de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- Aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$830 milhões no exercício de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real no exercício de 2015, comparado ao exercício anterior. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- Redução de 24,67% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2015 (R\$849 milhões em 2015 e R\$1.127 milhões em 2014).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$813 milhões em 2015 comparados a R\$573 milhões em 2014, representando um aumento de 41,88%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário

subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2015 foi uma despesa Financeira Líquida de R\$587 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$451 milhões em 2014. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$68 milhões em 2015;
- R\$120 milhões decorrentes da atualização monetária de depósitos vinculados a litígios;
- Aumento de 30,33% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$550 milhões em 2015 comparados a R\$422 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 13,23% em 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- Aumento de 61,54% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$273 milhões em 2015 comparados a R\$169 milhões em 2014. Este resultado decorre da maior variação do IPCA no período (10,67% em 2015 em comparação a 6,41% em 2014);
- Aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante em 2015 de R\$168 milhões comparados a R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% em 2015 em comparação a 13,39% em 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.3 -Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2016, 2015 e 2014.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer evento de constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c. eventos ou operações não usuais

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia não passou por quaisquer eventos ou realizou quaisquer operações não usuais que pudessem interferir em suas demonstrações financeiras.

10.4

(a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

2017

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante o exercício de 2017.

2016

A Companhia objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que:

- Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

2015

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis durante o exercício de 2015.

(b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

2017

Não houve alterações relevantes nas práticas contábeis durante o exercício de 2017.

2016

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir, com os efeitos das mudanças apresentadas no item “a”:

Consolidado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – R\$ mil	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	21.292.211	605.549	21.897.760
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(9.541.940)	-	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(998.756)	-	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)	-	(1.050.925)
	<u>(11.591.621)</u>	<u>-</u>	<u>(11.591.621)</u>
OUTROS CUSTOS			
Pessoal e Administradores	(1.143.290)	-	(1.143.290)
Materiais	(42.061)	-	(42.061)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(739.768)	-	(739.768)
Depreciação e Amortização	(811.263)	-	(811.263)
Provisões Operacionais	(22.518)	-	(22.518)
Custo de Construção de Infraestrutura	(1.251.836)	-	(1.251.836)
Outras	(97.118)	-	(97.118)
	<u>(4.191.577)</u>	<u>-</u>	<u>(4.191.577)</u>
CUSTO TOTAL	(15.783.198)	-	(15.783.198)
LUCRO BRUTO	5.509.013	605.549	6.114.562
DESPESAS OPERACIONAIS			

Despesas com Vendas	(175.595)	-	(175.595)
Despesas Gerais e Administrativas	(673.802)	-	(673.802)
Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	(1.203.342)	-	(1.203.342)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(482.053)	-	(482.053)
	<u>(2.534.792)</u>	<u>-</u>	<u>(2.534.792)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	392.990	-	392.990
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	729.442	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	729.442
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.096.653	605.549	4.702.202
Receitas Financeiras	1.469.277	(605.549)	863.728
Despesas Financeiras	(2.204.344)	-	(2.204.344)
Resultado antes dos Impostos	3.361.586	-	3.361.586
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(881.045)	-	(881.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.538)	-	(11.538)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.469.003	-	2.469.003
Total do resultado do exercício atribuído a:			
Participação dos acionistas controladores	2.468.500	-	2.468.500
Participação de acionista não-controlador	503	-	503
	<u>2.469.003</u>	<u>-</u>	<u>2.469.003</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	1,96	-	1,96
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	1,96	-	1,96

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R\$ mil	2015 Publicado	Reclassificações	2015 Reapresentado
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	20.963.228	-	20.963.228
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.043.806	-	1.043.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	-	575.631	575.631
Outras Receitas	3.477	-	3.477
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.872)	-	(174.872)
	<u>21.835.639</u>	<u>575.631</u>	<u>22.411.270</u>

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.696.460)		-	(7.696.460)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(896.213)		-	(896.213)	
Serviços de Terceiros	(1.077.613)		-	(1.077.613)	
Materiais	(489.294)		-	(489.294)	
Outros Custos Operacionais	(281.122)		29.918	(251.204)	
	<u>(10.440.702)</u>		<u>29.918</u>	<u>(10.410.784)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.394.937		605.549	12.000.486	
RETENÇÕES					
Amortização	(443.766)		-	(443.766)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	10.951.171		605.549	11.556.720	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas Financeiras	1.148.437		(605.549)	542.888	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.099.608		-	12.099.608	
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>					
		%			%
Empregados	1.135.875	9,39	-	1.135.875	9,39
Remuneração Direta	836.513	6,92	-	836.513	6,92
Benefícios	249.184	2,06	-	249.184	2,06
FGTS	50.178	0,41	-	50.178	0,41
Impostos, Taxas e Contribuições	9.235.358	76,32	-	9.235.358	76,32
Federais	5.572.298	46,05	-	5.572.298	46,05
Estaduais	3.660.399	30,25	-	3.660.399	30,25
Municipais	2.661	0,02	-	2.661	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.358.166	11,23	-	1.358.166	11,23
Juros	1.279.985	10,58	-	1.279.985	10,58
Aluguéis	78.181	0,65	-	78.181	0,65
Remuneração de Capital Próprio	370.209	3,06	-	370.209	3,06
Juros sobre capital próprio	35.000	0,29	-	35.000	0,29
Dividendos	155.355	1,28	-	155.355	1,28
Lucros (Prejuízos) Retidos	179.854	1,49	-	179.854	1,49
	12.099.608	100,00	-	12.099.608	100,00

Como indicado acima, não houve alterações relevantes nas práticas contábeis durante o exercício de 2015.

(c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Relatório do Auditor:

Ressalvas:

Os pareceres dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não contém ressalvas.

Ênfases:

De acordo com a Resolução CFC N° 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2017, não consta parágrafo de ênfases.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2016, consta o seguinte parágrafo de ênfase:

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, não consta parágrafo de ênfases.

Deve ser mencionado que a ênfase mencionada acima objetiva destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.6

(a) **Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. **Contratos de construção não terminada;**
- v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.277.725	1.331.937	1.366.963	1.339.240	1.326.075	22.136.382	28.778.322
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	226.825	231.921	236.130	219.593	206.384	7.730.651	8.851.504
Compra de Energia - Leilão	2.837.406	2.815.256	3.178.145	3.724.275	3.898.017	80.806.550	97.259.649
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	296.055	306.703	323.064	338.296	356.022	1.053.297	2.673.437
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	264.268	271.632	290.767	297.289	311.101	11.888.660	13.323.717
Cotas de Garantias Físicas	546.013	559.369	586.461	611.267	639.544	24.441.235	27.383.889
Arrendamentos Operacionais	73.166	61.818	51.133	53.888	57.213	60.817	358.035
	5.521.458	5.578.636	6.032.663	6.583.848	6.794.356	148.117.592	178.628.553

(b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda e transporte dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

- b) Natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8

- a. Investimentos, incluindo:**

- i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- i.** Além dos investimentos realizados pela CEMIG D, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG D, deverá investir cerca de **R\$ 3.217,3 milhões**, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2018	2019	2020	Total
Programa Básico (1)	1.114,3	987,6	1.115,4	3.217,3
Distribuição	1.114,3	987,6	1.115,4	3.217,3
Total Geral (1)	1.114,3	987,6	1.115,4	3.217,3

- (1) Valores estimados em moeda constante de junho/2017, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa, Cemig Distribuição. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (3) Os montantes planejados para os anos de 2018, 2019 e 2020 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve, no período, nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento

de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

Anexo 4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação (“TI”)

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado na nota 21 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia em 2017 no montante de R\$ 16.442.514 mil decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de

energia elétrica. Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber relativos ao fornecimento faturado e não faturado montam R\$ 2.351.860 mil e R\$ 703.121 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 7 às demonstrações financeiras.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados históricos, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) envolvimento de especialistas em sistemas para realização de procedimentos de auditoria suportados por ferramentas computadorizadas; (iii) inspeção física de documentação suporte para uma amostra de lançamentos contábeis de receita; (iv) recálculo da receita não faturada, incluindo a análise da documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 21, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura e ativo financeiro da concessão

Conforme divulgado nas notas 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 369.762 mil e R\$ 9.336.486 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$ 1.044.682 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão

também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R\$ 2.822.153 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 18 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos

internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e com parágrafo de ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Anexo 5

ICVM 481/09

Art. 10. Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer:

I – no mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Agostinho Faria Cardoso

Data nascimento: 22-05-1959

Profissão: Engenheiro

CPF: 355.759.566-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

RI Consultoria e Treinamento - RIconsult
Proprietário e Consultor Sênior, desde 2014;

Companhia Energética de Minas Gerais
Superintendente, de 2001 a 2013

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Companhia Energética de Minas Gerais
Superintendente, de 2001 a 2013

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b) **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Consultoria de Relações com a Light
- b. **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Antônio Dirceu Araújo Xavier

Data nascimento: 26-08-1943

Profissão: Advogado

CPF: 068.412.446-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, conteúdo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Dirceu Xavier Advogados

- Advogado – Desde 2001

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., até maio/2016.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Chefe da Procuradoria Jurídica

Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG – Assessor da Presidência

Membro Efetivo e Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

84%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Data nascimento: 23-12-1951

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 154.691.316-53

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor-Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro Independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Ponta Energia Consultores Associados Ltda.
Sócio-Diretor – agosto/2013 a dezembro/2016

Usiminas
Diretor de Energia – maio/2011 a novembro/2012

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Engenheiro da Divisão Comercial Operacional - 1980 a 1985;

Engenheiro Assistente do Departamento Comercial Operacional -1985 a 1990;

Engenheiro Assistente do Departamento Comercial Pré-Operacional - 1990 a 1992;

Engenheiro Assistente da Superintendência Comercial de Consumidores de Transmissão - 1993 a 1995;

Gerente do Departamento Comercial Operacional de Grandes Clientes - 1995 a 1998;

Superintendente Comercial de Grandes Clientes (CT) - 1998 a 2001;

Superintendente de Relacionamento Comercial com Clientes Corporativos (RL)- 2001 a 2005;

Assistente da Diretoria de Distribuição e Comercialização (DDC) - 10 a 12/2005;

Assistente da Diretoria de Finanças, Participação e Relações com os Investidores (DFN) - 01 a 02/2006;

Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado (CV) – 03/2006 a 04/2007;

Diretor Comercial da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. – abril/2007 a janeiro/2011;

Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. – dezembro até a presente data.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

- não
 sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

- não
 sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

- não
 sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Ponta Energia Consultores Associados Ltda. – Sócio Diretor

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Franklin Moreira Gonçalves

Data nascimento: 12-10-1970

Profissão: Tecnólogo em Processamento de Dados

CPF: 754.988.556-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor de Geração e Transmissão.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 03

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.;

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, desde 2003; e, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE":

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011).

Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig e da Cemig Geração e Transmissão S.A.; e, Diretor, sem denominação específica, da Cemig Distribuição S.A., desde janeiro/2015

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig e da Cemig Geração e Transmissão S.A.; e, Diretor, sem denominação específica, da Cemig Distribuição S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

22%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

- sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a) **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A., até janeiro/2015
Diretor de Geração e Transmissão da Companhia energética de Minas Gerais, desde janeiro/2015.
- b) **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c) **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, Cemig D e Cemig GT, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Geber Soares de Oliveira

Data nascimento: 16-08-1962

Profissão: Contador

CPF: 373.022.806-49

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Superintendente da Superintendência Central de Administração Financeira

Atividades: Planejar, coordenar e controlar as atividades referentes à administração financeira e à gestão dos recursos financeiros estaduais; elaboração e gestão do fluxo de caixa do Tesouro Estadual; e, gestão das disponibilidades financeiras do estado de Minas Gerais.

SICCOB COOPSEF

Conselheiro efetivo do Conselho de Administração

ii. **indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

b. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

i. **qualquer condenação criminal;**

não

sim - Se sim, descrever:

ii. **qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

não

sim - Se sim, descrever:

iii. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. **Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

0%

12.7. **Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

12.8. **Fornecer:**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. **Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

a) **outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. **Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

a) **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) **com o Estado de Minas Gerais;**

não

x sim - Se sim, descrever a relação: Servidor efetivo da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

x não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Luiz Guilherme Piva

Data nascimento: 02-06-1962

Profissão: Economista

CPF: 454.442.936-68

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

LCA Consultores

- Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas – 2007 a 2012

Angra Partners

- Diretor de Investimentos – 2012 a 2013

Itatiaia Móveis

- CEO – Direção geral de indústria com 2.000 funcionários e faturamento anual de R\$800 milhões - 2013 a 2014

Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

- Responsável pelas áreas de operações Estruturadas e Mercado e Capitais - Desenvolvimento de Produtos; e, Controle Internos - atualmente;
- Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado de Capitais – 2014 a 2015 – Coordenador de projetos e fundos de Private Equity, FIDCs e PPPs.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligada, e de Finanças, Auditoria e Riscos.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2013, 2014 e/ou 2015 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG
Assessor da Presidência do BDMG.

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco

Data nascimento: 19-08-1960

Profissão: Engenheiro Metalurgista

CPF: 371.150.576-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A.

- Diretor Presidente – 2008 a 2010.

HYDAC Tecnologia do Brasi Ltda.

- Membro do Conselho Consultivo – Desde 2010.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. - COPASA

- Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.

Helicópteros do Brasil S.A - HELIBRAS

- *Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.*

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

- *Diretor Presidente – Desde 2015*
- *Membro do Conselho de Administração – Desde 2015.*

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A. – Diretor Presidente

TERNIUM S. A. – Membro do Conselho de Administração

Vallourec S.A. – Diretor Estatutário

VALLOUREC S.A. (Boulogne-Billancourt/França) – Membro do Comitê Executivo

V&M FRANCE S.A.S. (Boulogne-Billancourt/França) – Diretor Presidente

V&M DEUTSCHLAND (Düsseldorf/Alemanha) – Diretor Presidente

V&M do BRASIL S.A. (Belo Horizonte/Brasil) – Pres. do Conselho Administração

V&M CORPORATION (Houston/USA) – Membro do Conselho de Administração

HÜTTENWERK KUPP MANNESMANN (Duisburg/Alemanha) – Membro do Cons. Administração

VALLOUREC & MANNESMANN do BRASIL – Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

MANNESMANN S. A. – Diretor Comercial

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no

mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

84%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

O Conselheiro é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: *Irmão de Eliana Soares da Cunha Castelo Branco, diretora administrativa financeira da CEMIG TELECOM.*

- c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Nelson José Hubner Moreira

Data nascimento: 16-03-1954

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 443.875.207-87

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

- Diretor Geral – 2009 a 2013.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Light S.A

- Conselho de Administração – desde fev/2015, até a presente data

Companhia Energética de Brasília - CEB

- Conselho de Administração – jun/2014 a jan/2015.

Eletrobrás

- Conselho de Administração – set/2005 a fev/2008.
-

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

87%

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Ricardo Wagner Righi de Toledo

Data nascimento: 01-09-1957

Profissão: Administrador

CPF: 299.492.466-87

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a. Mini-currículo, contendo:

i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Codemig – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais S.A

- Diretor – 2015 a atual

Innovare Consultoria Ltda Economista

- Consultor Independente – Desde 2012 a 2014

Usiminas S.A.

- Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas – 2008 a 2012

Banco Bonsucesso S/A

- Vice-presidente – 2005 a 2008

Banco Simples S/A

- CEO – 2002 a 2005

Banco Itaú-Banestado S/A

- Diretor – 2000 a 2002

Banco Itaú S/A

- Superintendente – 1997 a 2002

Banco do Estado de Minas Gerais S/A – BEMGE
• Superintendente – 1980 a 1997

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Vodafone Brasil S/A – Membro do Conselho de Administração

IAS – Indústria Aeronautica e Serviços S/A – Membro do Conselho de Administração

Usiminas S.A – Diretor

Banco Bonsucesso S.A – Diretor Vice-Presidente

Banco Simples S.A. – Principal executivo

Banco Itaú-Banestado S.A. – Diretor

Banco Itaú S.A. – Superintendente Banco Bengê S.A. – Superintendente

Mineração Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Soluções Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Finanças, Crédito e Risco, e do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração..

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): A Usiminas é cliente corporativo da Cemig

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Adézio de Almeida Lima

Data nascimento: 15-05-1955

Profissão: Economista

CPF: 411.419.546-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Sim

Número de mandatos consecutivos: 01

a Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig
- Membro do Conselho de Administração da Fras-Le – S.A.;
- Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG
-

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Vodafone Brasil S/A – Membro do Conselho de Administração

IAS – Indústria Aeronautica e Serviços S/A – Membro do Conselho de Administração

Usiminas S.A – Diretor

Banco Bonsucesso S.A – Diretor Vice-Presidente

Banco Simples S.A. – Principal executivo

Banco Itaú-Banestado S.A. – Diretor

Banco Itaú S.A. – Superintendente Banco Bengel S.A. – Superintendente

Mineração Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Soluções Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

- c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- iv. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- v. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- vi. **qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

0%

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não aplicável

12.8. Fornecer:

- Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo**

Não aplicável

- 12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**

- d) outro(s) administrador(es) da Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

- e) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

- f) administrador(es) do Estado de Minas Gerais**

não

sim - Se sim, descrever:

- 12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:**

- d) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

- e) com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);**

não

sim - Se sim, descrever a relação:

f) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim -

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Antônio Carlos de Andrada Tovar

Idade: 43 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 074.171.737-99

Data nascimento: 07-06-1973

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Assessor de Diretoria.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Empresa de capital fechado

Período: julho de 2001 até fev 2015

Descrição resumida: Antes de assumir a chefia do Departamento de Fontes Alternativas de Energia em 2010 foi gerente do Departamento de Transportes e Logística e engenheiro do Departamento de Gás e Petróleo. Nos últimos anos participou ativamente na estruturação de financiamentos a diversos projetos nos setores de infraestrutura, incluindo parques eólicos, usinas hidrelétricas, termelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, navegação, portos, ferrovias e rodovias.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal, atualmente vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. É hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;
Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;
Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não
 sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não
 sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselho não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não
 sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Aurélio Crocco Afonso

Data nascimento: 29-06-1961

Profissão: Economista

CPF: 382386166-20

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

- Marco Crocco é bacharel em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Economia Industrial e da Tecnologia pela UFRJ e PhD em Economia pela Universidade de Londres. Possui também pós-doutoramento pelas Universidades de Cambridge, na Inglaterra, e Paris-Dauphine ou Paris IX, na França.

- *Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG e pesquisador nível 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marco Crocco é especialista em economia monetária e desenvolvimento regional. Durante sua carreira publicou 39 artigos científicos em jornais nacionais e internacionais, editou 4 livros e publicou 32 capítulos de livros. Sua pesquisa concentrou-se em aspectos do desenvolvimento econômico e regional, com forte ênfase em políticas industriais e de inovação. Nos últimos 10 anos especializou-se nos estudos sobre as relações entre sistema financeiro e o desenvolvimento regional, em suas inúmeras dimensões, tais como: impactos regionais da política monetária, gestão bancária e desenvolvimento regional, financeirização e território, microcrédito, Inclusão e educação financeira, entre outras.*
- *Durante sua vida acadêmica ocupou vários cargos administrativos dentro de UFMG. Foi chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador da pós-graduação em Economia e vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas. Entre 2010 e 2014, foi diretor presidente da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) da UFMG. Durante sua gestão, a Fundep passou a apoiar projetos de instituições além da UFMG, tais como Agência Espacial Brasileira, Comissão Nacional de Energia Nuclear, INPE, ITA entre outras. Em 2012, assumiu a presidência do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies). Durante esse período negociou diretamente com o MEC e o MCTI o novo estatuto das Fundações, bem como o seu novo Regime Diferenciado de Compras.*
- *Ainda durante sua gestão na Fundação, estruturou o programa de apoio as Spin-offs da UFMG por meio da criação da FUNDEP Participações S.A., que aporta recursos em firmas nascentes de base tecnológica da UFMG, atuando, desta forma, no fortalecimento da relação universidade-empresas.*
- *Atualmente é diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), vice-presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), presidente do Conselho de Administração do Parque Tecnológico de Minas Gerais (BH-TEC) e do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi) e conselheiro dos seguintes Conselhos: Conselho Consultivo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho de Administração do SEBRAE-MG e Brazil Green Finance Council.*
- *Coordenador de redes de pesquisa internacionais, Marco Crocco é patrono da Regional Studies Association (RSA) – Latin America Division.*

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;

Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;

Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.

Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

X sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: Axxion Soluções Tecnológicas SA – União Estável

:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b) com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

12.5. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Alcione Maria Martins Comonian

Data nascimento: 21-03-1963

Profissão: Pedagoga

CPF: 326.112.426-15

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não ocupa.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Membro independente: Não

Número de mandatos consecutivos: 0

c. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

2015 – Secretária-Geral Adjunta de Governo do Estado de Minas Gerais

Conselheira da PRODEMGE,

Conselheira da MGS;

Conselheira da METROMINAS

2013 – Gestora e administradora da empresa MOP.

2009 / 2012 – Chefe de Gabinete da PRODABEL

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG – desde maio/2017;

Membro titular do Conselho de Administração titular da Energia Paulista S.A. – período 2003 a 2004;

Membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. – período 2005.

Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa. Período 2016 a 2017

- d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

88%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselho não é membro de comitê.

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo

100%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a) outro(s) administrador(es) da Cemig**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada: Axxion Soluções Tecnológicas SA – União Estável

:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a) com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): Codemig

b) com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c) e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação:

SECRETARIA GERAL ADJUNTA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Adézio de Almeida Lima (majoritário)	Antônio Carlos de Andrada Tovar (majoritário)
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga (majoritário)	Luiz Guilherme Piva (majoritário)
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco (majoritário)	Ricardo Wagner Righi de Toledo (majoritário)
Nelson José Hubner Moreira (majoritário)	Geber Soares de Oliveira (majoritário)
Antônio Dirceu Araújo Xavier (majoritário)	Vago (majoritário)
Marco Aurélio Crocco Afonso (majoritário)	Alcione Maria Martins Comonian (majoritário)
Agostinho Faria Cardoso (majoritário)	Vago (majoritário)
Franklin Moreira Gonçalves (majoritário)	Vago (majoritário)

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino

Data nascimento: 09-08-1982

Profissão: Relações Públicas

CPF: 053.194.916-89

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30/04/2018

Data da posse: 30/04/2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Assessora da Presidência da COPANOR/MG, desde setembro/2016

Atividades desenvolvidas: melhorias dos processos de gestão – SAP, comunicação interna, planejamento e estruturação de projetos de tecnologia, análise de impactos, suporte e organização de treinamentos para melhorias do sistema SAP;

Via Consultoria Indra Company/COPASA/MG – setembro/2009 a setembro/2016

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

Assessora da Presidência da COPANOR/MG

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no

mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a. outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b. administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve

Data nascimento: 26-02-1976

Profissão: Advogada

CPF: 037.964.286-73

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 30/04/2018

Data da posse: 30/04/2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Membro independente: (Não temos essa informação.)

Número de mandatos consecutivos: 0

a. Mini-currículo, contendo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Subsecretária de Estado da Casa Civil do Estado de Minas Gerais - desde janeiro/2017;
Auditora-Geral do Município de Belo Horizonte – maio/2014 a dezembro/2016, coordenação de auditores;
Procuradora-Geral Adjunta do Município de Belo Horizonte, em substituição – dezembro/2012 a outubro/2013;
Gerente de Atividades de Controle Externo da procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – julho/2012 a maio/2014; e,
Assessora Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de Minas Gerais – fevereiro/2009 a julho/2012.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
 não
 sim - Se sim, descrever:
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês

estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo.

0%

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- a. **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- b. **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- c. **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2014, 2015 e/ou 2016 manteve relação de subordinação:

- a. **com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
- b. **com o Estado de Minas Gerais;**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- c. **e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Data nascimento: 05-10-1948

Profissão: Economista

CPF: 098044046-72

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

- i. **principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**
- nome da empresa;
 - cargo e funções inerentes ao cargo;
 - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Prefeitura de Belo Horizonte

- Secretário de Finanças – janeiro/2006 a julho/2012.

PBH Ativos S/A

- *Presidente – março/2009 a julho/2014.*

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- *Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.*

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- *Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.*

Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. – Participação em Ativos de Energia Elétrica, desde março/2015.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde janeiro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

a. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

Julgado e condenado, em 2015, em 1ª instância, conforme sentença proferida pela 4ª Vara Federal de Belo Horizonte, nos autos da Ação Penal 2008.38.00.004809-0. Interposto recurso de apelação em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (Processo nº 0004711-51.2008.4.01.3800), fundamentado no artigo 106 da Constituição Estadual de Minas Gerais que prevê ser competência do Tribunal de Justiça (2ª instância) processar e julgar originariamente secretários de estado.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação: Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, desde janeiro/2015

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Membro do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, desde novembro/2015;

Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. – Participação em Ativos de Energia Elétrica, desde março/2015.

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Data nascimento: 28-05-1963

Profissão: Médico

CPF: 561.966.446-53

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Ministério da Saúde

Secretário de Atenção à Saúde – 2011 a 2014.

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
Presidente do Conselho de Administração da PRODEMGE
Presidente do Conselho de Administração do BDMG

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais,
Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais,
Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):
Conselheiro de Administração da Parati S.A.

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

X sim - Se sim, descrever: Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais; Presidente do Conselho de Administração da PRODEMGE e Presidente do Conselho de Administração do BDMG.

- c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Francisco Eduardo Moreira

Data nascimento: 25-05-1980

Profissão: Economista

CPF: 043.684.756-66

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretario de Estado Adjunto de Governo;

Membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – desde janeiro / 2015;

Advogado (profissional liberal) – exercício da advocacia: de 2003 a 31-12-2014

Furnas Centrais Elétricas: Economia Mista de capital fechado: de 18-06-20008 aq 09-05-2011.

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

- c. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**

X não

sim - Se sim, descrever:

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.5. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Wieland Silberschneider

Data nascimento: 03-11-1960

Profissão: Economista

CPF: 451.960.796-53

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2018

Data da posse: 30-04-2018

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

Indicação se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:

Número de mandatos consecutivos: 0

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais

• Auditor Fiscal da Receita Estadual – Desde janeiro/2005

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

• Consultor de Programas – Desde janeiro/2005

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2015, 2016 e/ou 2017 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (majoritário)	Helvécio Miranda Magalhães Junior (majoritário)
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino (majoritário)	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve (majoritário)
Francisco Eduardo Moreira (majoritário)	Wieland Silberschneider (majoritário)